



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023. (Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a fiscalização da implementação do Piso Nacional do Magistério.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 58, § 2º, II, da Constituição Federal e no artigo 255, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem requerer a realização de Audiência Pública para debater a fiscalização da implementação do Piso Nacional do Magistério em todas as esferas federativas.

Para tanto, sugerimos os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

- Representante da Rede Escola Pública e Universidade;
- Representante do Observatório do Piso Nacional;
- Representante do movimento “Somos todas professoras”;
- Professor Salomao Ximenes; e
- Professor Rubens Barbosa Camargo.

JUSTIFICATIVA

O Piso Nacional do Magistério é uma conquista importante para a valorização dos profissionais da educação e para a qualidade da educação no





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

Brasil. Foi estabelecido pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 e garante a todos professores e professoras da Educação básica o direito a um salário digno.

O Ministério da Educação anunciou o reajuste do valor do Piso Nacional para o ano de 2023 no patamar de R\$ 4.420,55 para professores com jornada de 40 horas semanais. No entanto, sabemos que muitos municípios e estados ainda não cumprem integralmente a lei que estabelece o valor mínimo a ser pago aos professores.

Quando o município não consegue pagar, a lei diz que o Governo Federal tem que dar a suplementação orçamentária para que o valor do piso seja pago. Por isso, além das prefeituras, é possível acionar os Tribunais de Contas Estaduais, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público para que as medidas necessárias sejam tomadas.

Nesse contexto, visando promover debate sobre a fiscalização da implementação do Piso Nacional do Magistério em todas as esferas federativas e território nacional, proponho a realização de audiência pública para discutir a situação da implementação e identificar possíveis problemas e desafios para sua implementação plena.

Sala da Comissão, de março de 2023.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

